



# Anais da Assembléia

Nº 40

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA  
ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 1983

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Srs. Anibal Khury e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintanta, Deni Schwartz, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Toguio Setogutte ausente em licença o Sr. Deputado Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento interno, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 14/83, Mensagem Governamental 40/83, que dá nova redação ao Art. 2.º, da Lei n.º 7.700, de 05 de janeiro de 1.983, intentando melhoria na remuneração de Policial Militar Inativado até 31 de dezembro de 1980.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia de amanhã do Projeto de Resolução n.º 04/83, de autoria do Deputado Antônio Anibelli.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 156/82, para que o mesmo volte à Comissão de Constituição e Justiça, devendo o mesmo ser reestudado, face à documentação em anexo.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983.

(a) SABINO CAMPOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento em Campo Mourão, do Sr. Dorvalino Manoel Dolci e de sua esposa Dona Felicità Maria Dolci.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente ao Sr. Gilberto Dolci, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Chegados a Campo Mourão em janeiro de 1952, o casal Dolci, cujo falecimento hoje lamentamos, foram pioneiros que muito de si deram para o desenvolvimento da região.

Gaúchos, como muitos dos colonizadores locais, oriundos de Espumoso, no grande Estado Sulino, para cá vieram cheios de esperança e disposição para o progresso, lutando, com companheiros de ideal por um futuro melhor, grangeando de todos a estima e consideração.

Hoje, prematuramente falecidos, deixam uma lacuna difícil de preencher nos corações de seus filhos Gilberto, Leila, Fernando Luís, Mara Lúcia e Estela Inez, de seus netos e de seu numeroso círculo de amizades.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER a inserção em ata de um voto de regozijo à comunidade do Município de Imbituva, pelo transcurso do 112.º aniversário deste proeminente município, ocorrido em data de hoje.

Requer, outrossim, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Nelson Theodoro Fenker, dando ciência da decisão do douto Plenário.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Imbituva, com origens históricas datadas da época dos tropeiros, completa mais de um século de progresso e desenvolvimento, revestindo-se de peculiar importância para a Região dos Campos Gerais, quer pela sua estratégica localização geográfica, quer pela sua expressão econômica.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de regozijo ao jornal "Folha de Curitiba", pela publicação gratuita de anúncios visando combater o desemprego.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

## R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Dr. JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, Secretário de Estado da Administração, solicitando medidas junto ao Instituto de Previdência do Estado - IPE, no sentido de serem credenciados Dentistas e Oftalmologistas, através desse órgão, para o Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

## JUSTIFICATIVA:

A falta de dentistas e oftalmologistas credenciados pelo IPE em Ivaiporã, tem obrigado um grande número de previdenciários de toda a região central do Estado, deslocar-se a outras regiões, ocasionando maior despesa com locomoção, hospedagem, além da perda de tempo em busca de tais serviços.

Vemos a necessidade, neste sentido, de amenizar as dificuldades enfrentadas pela população, e também a de prevenir qualquer transtorno decorrente da demora no atendimento.

Por outro lado, Ivaiporã encontra-se servida por diversas clínicas dentárias e uma oftalmológica, porém nenhuma delas é credenciada pelo IPE, em que pese o grande número de previdenciários desse Instituto, existentes na região.

Entendemos que o exposto acima vem justificar a solicitação, desta forma facilitando o atendimento de um grande contingente de previdenciários da região central do Estado.

## R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Senhor Governador do Estado, sugerindo a criação de um Grupo Especial de Trabalho para estudar a viabilidade da criação de uma Companhia Aérea do Paraná, nos moldes da já existente em outros Estados da União.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

## R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Suas Excelências os Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, apelando no sentido de que seja dispensada a taxa de pedágio para ciclistas na utilização do "Ferry Boat", na travessia entre Guaratuba e Caiobá.

Tal apelo se faz visando desobrigar desta taxa os trabalhadores que se utilizam daquele meio de transporte se que pela natureza de seu trabalho necessitam deslocarem-se entre aqueles municípios do litoral de nosso Estado através do "Ferry Boat".

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

## R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

No uso de suas atribuições regimentais, o Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, com finalidade de obtenção, através deste órgão, para o Município de Peabiru, ambulâncias com equipamentos adequados, as quais serão utilizadas em transportes de pessoas doentes e carentes de atendimento médico-hospitalar, impossível de ser efetivado no local onde se encontrarem.

Esse atendimento, tão necessário é hoje deficiente, oferecerá a oportunidade do exercício sagrado de salvar vidas preciosas de nossos cidadãos, que às vezes se perdem por falta de veículos equipados para esta finalidade.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

## R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

No uso de suas atribuições regimentais, o Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, e do Bem-Estar Social, com finalidade de obtenção, através deste órgão, para o Município de Boa Esperança, ambulâncias com equipamentos adequados, as quais serão utilizadas em transporte de pessoas doentes e carentes de atendimento médico-hospitalar, impossível de ser efetivado no local onde se encontrarem.

Esse atendimento, tão necessário, é hoje deficiente, oferecerá a oportunidade do exercício sagrado de salvar vidas preciosas de nossos cidadãos, que às vezes se perdem por falta de veículos equipados para esta finalidade.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

## R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas regimentalmente, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento oficial de solicitação ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo àquela autoridade a tomada de medidas cabíveis, no sentido de adequar e compatibilizar os salários dos profissionais de Engenharia, contratados pelo órgão, de forma a atender ao piso salarial fixado pela Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que em seu artigo 82 dispõe que "as remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e agrônomos, qualquer que seja a fonte pagadora, não poderão ser inferiores a seis (06) vezes o salário mínimo da respectiva região".

Para uma jornada de trabalho de 6 (seis) horas.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983.

(aa) ANIBAL KHURY e PAULO FURIATTI

## Projetos de Lei:

## PROJETO DE LEI N.º 39/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A distribuição e comercialização, no território do Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas, estão condicionados a prévio cadastramento perante a Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente - SUREHMA.

§ 1.º — Definem-se como agrotóxicos e outros biocidas, as substâncias, ou misturas de substâncias e, ou, processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso no setor de produção, armazenamento e beneficiamento de alimentos e à proteção de florestas nativas ou implantadas, bem como a outros ecossistemas e ambientes domésticos, urbano, hídrico e industrial, cuja finalidade seja alterar a constituição da flora e da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.

§ 2.º — Só serão admitidas, em território estadual, a comercialização e distribuição de produtos agrotóxicos e biocidas já registrados no órgão federal competente e que, se resultantes de importação, tenham uso autorizado no país de origem.

§ 3.º — A indústria produtora ou manipuladora de agrotóxicos ou biocidas, postulante do cadastramento previsto nes-

ta lei, apresentará obrigatoriamente, ao cadastrá-los, mediante requerimento dirigido à SUREHMA, os seguintes documentos:

- a) prova de constituição da empresa;
- b) certidão de classificação toxicológica, expedida pela Divisão Nacional de Vigilância de Produtos Saneantes Domissanitários, do Ministério da Saúde, obedecendo, as normas e parâmetros estabelecidos no anexo I, da presente lei;
- c) relatório técnico, contendo, no mínimo, os dados constantes do anexo II desta lei;
- d) exemplares de publicação, no Diário Oficial do Estado e em órgão de circulação diária, do sumário constante do anexo II desta lei.

§ 4.º — A indústria produtora ou manipuladora de agrotóxicos apresentará à SUREHMA, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da presente lei, prova de classificação toxicológica e relatório técnico, conforme os termos do parágrafo 3.º deste artigo, de cada um dos produtos de sua comercialização já existentes no mercado estadual.

§ 5.º — Caso a Divisão do Ministério da Saúde, citada no item b, do parágrafo 3.º, não dispuser de todos os dados exigidos no anexo I desta lei, a Secretaria de Agricultura e a SUREHMA poderão firmar convênios com universidades ou centros de pesquisas oficiais ou privados, com onus repassados para a empresa interessada na comercialização.

Art. 2.º — A SUREHMA e a Secretaria da Agricultura, em ação conjunta, ficam obrigadas a rigoroso controle de rotulagem dos produtos agrotóxicos e biocidas, nos termos do regulamento da legislação federal.

Art. 3.º — Nas bulas, etiquetas, anúncios ou quaisquer outras publicações referentes a agrotóxicos, a expressão "cadastrada na Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, sob n.º ..... em ....., de ..... de .....", constará obrigatoriamente e será preenchida pela indústria produtora ou manipuladora.

Parágrafo único — Cada revendedor de produto agrotóxico e biocida colocará na embalagem rótulo legível, contendo a indicação da firma comercial, endereço, nome do técnico que o prescreveu e o número de seu registro no órgão competente.

Art. 4.º — Qualquer entidade associativa, legalmente constituída, poderá impugnar, fundamentadamente, o cadastramento de produtos agrotóxicos e biocidas, arguindo efeitos comprovadamente perniciosos à saúde humana e ao equilíbrio ambiental.

§ 1.º — A impugnação será formalizada através de petição dirigida à SUREHMA, em qualquer tempo a partir da publicação prevista no artigo 1.º, parágrafo 3.º, letra d, da presente lei, devidamente instruída com laudo técnico firmado, no mínimo por dois profissionais habilitados na área de biociências.

§ 2.º — Apresentada a impugnação, dela será notificada a firma cadastrada, que poderá oferecer-lhe contradita; após o que será o respectivo expediente submetido à decisão da Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente.

Art. 5.º — Fica mantida, no território estadual, a proibição do uso de agrotóxicos organoclorados, estabelecida pelo decreto n.º 30.787, de 22 de julho de 1982.

Art. 6.º — Mantém-se também a exigência do Receituário Agrônomo, que será instituído por decreto do Governador do Estado, com base em proposta da Secretaria da Agricultura, no prazo de 90 dias a contar da publicação desta lei.

Art. 7.º — Para os produtos biocidas e de outra natureza, utilizados em zootecnia, pecuária e silvicultura, serão exigidos, os respectivos receituários expedidos pelos profissionais legalmente habilitados, entendendo-os como tais os zootecnistas, médicos-veterinários e engenheiros florestais.

Parágrafo único — Os receituários citados neste artigo só terão validade, se expedidos por técnicos não vinculados, de qualquer forma, a estabelecimentos produtores, manipuladores ou comercializadores de agrotóxicos e outros biocidas.

Art. 8.º — As Comissões, do Meio Ambiente e da Agricultura, da Assembléia Legislativa, poderão requisitar, às expensas do Poder Legislativo, análises físicas, químicas e biológicas, de parte dos laboratórios oficiais do Estado, visando detectar contaminação por qualquer substância poluente em águas de consumo público e alimentos, bem como cópias de análises já efetuadas.

§ 1.º — Para efetivação das análises previstas neste artigo, a comissão requisitante designará um ou mais técnicos, de reconhecida idoneidade moral e capacitação profissional, que terão amplo acesso a todas as fases das análises.

§ 2.º — Concluídas as análises, os técnicos que as realizaram, elaborarão, conjunta ou separadamente, os respectivos laudos periciais, em que indicarão, fundamentadamente, seus métodos, procedimentos e conclusões; indicando, se possível, as medidas necessárias para coibir a contaminação eventualmente verificada.

§ 3.º — Os laudos serão encaminhados à comissão requisitante que, ciente do seu teor, os remeterá à SUREHMA para as providências legais.

Art. 9.º — A SUREHMA enviará às comissões indicadas no artigo 8.º e que requisitarem estas análises, em interregnos adequados, os resultados, inclusive parciais, de todas as análises físicas, químicas e biológicas, efetuadas nos laboratórios estaduais, e que de imediato serão divulgados pelo Diário Oficial e demais meios de comunicação.

Art. 10 — O descumprimento das disposições da presente lei sujeita o infrator, além da responsabilidade funcional, em se tratando de servidor público, às penalidades previstas na lei federal n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983

(aa) RUBENS BUENO

SABINO BRASIL NUNES DE CAMPOS

ORLANDO PESSUTI

PAULO FURIATTI

#### JUSTIFICATIVA:

Esta lei torna obrigatório o cadastramento prévio de biocidas e produtos agrotóxicos, na Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente e institui o Receituário Agrônomo.

Entendemos que o moderno modelo tecnológico proporciona saúde e conforto ao homem, mas, paradoxalmente, vem ocasionando sérios riscos.

A sintetização de substâncias químicas e seu emprego na agricultura, se de um lado contribui para o aumento da produtividade, de outro veio contaminar o meio ambiente, provocando novas e graves enfermidades.

Os compostos organoclorados, organofosforados e carbamatos têm contra si o libelo científico de serem causadores de paralisia, cegueira, efeitos cancerígenos e outras doenças incuráveis ou letais.

Em 17 de julho de 1981, a revista norte-americana "Newsweek" revelou que "a venda de pesticidas tão violentos como o DDT, Aldrin e Palathion, rigidamente controlada nos EUA, é livremente praticada no terceiro mundo". No Brasil, estudos realizados pelo professor Waldemar Ferreira de Almeida mostram que no período de 1976 a 1979, foram declarados 208 casos de morte e 3488 casos de doenças por envenenamento.

O mais grave é que todos estes efeitos deletérios já não encontram mais justificativas sob o prisma estritamente econômico, de rentabilidade das lavouras. Os agricultores hoje, utilizam doze vezes mais pesticidas que há 30 anos, mas as perdas dos cultivos quase duplicaram neste período.

Está claro que os agrotóxicos, sofisticadamente chamados de "defensivos", provocam graves e irreversíveis danos à

saúde das coletividades e ao equilíbrio ambiental, exigindo respostas enérgicas e inadiáveis.

No plano das contaminações por agrotóxicos há um cipoal de normas ineficazes, preponderantemente ditadas pela União; normas que se caracterizam por seu caráter de emergência casuística e aplicação quase nula.

Precisamos de uma legislação estadual específica, que discipline a prevenção, o controle, a vigilância e a fiscalização de pesticidas no território paranaense, com base em três princípios democráticos:

— publicidade, inclusive das práticas administrativas concretas;

— responsabilidade dos agentes públicos;

— Participação comunitária.

A experiência tem demonstrado que um dos mais sérios obstáculos à eficácia da política de proteção ao meio ambiente, particularmente na área de contaminação por agrotóxicos, se deve à omissão e sonegação de informações.

No âmbito das responsabilidades dos agentes públicos pretende-se articular as áreas de competência sanitária e ambiental (as do Estado com a União), exigindo-se o cadastramento prévio de todos os agrotóxicos no órgão federal competente. E mais: estabelecer que só tenha ingresso no mercado estadual, o agrotóxico cujo uso não seja proibido no país de origem.

Determina ainda este plano de lei que, de parte das autoridades estaduais, haja um rigoroso controle de rotulagem, já estabelecida em legislação federal.

Em homenagem ao Deputado Antenor Ferrari e ao Poder Legislativo do Rio Grande do Sul, temos a honra de apresentar projeto idêntico ao aprovado naquele Estado e ratificado soberanamente através da rejeição do veto parcial, do então Governador José Augusto Amaral de Souza.

#### PROJETO DE LEI N.º 40/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O § 2.º, do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 150 — . . . . .

§ 1.º — . . . . .

§ 2.º — O funcionário que deixar de gozar as férias, nos termos do previsto neste artigo, poderá gozá-las dentro dos dois exercícios seguintes ao seu vencimento.”

Art. 2.º — Fica revogado o § 3.º, do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, e a Lei n.º 7.206, de 1.º de outubro de 1979.

Art. 3.º — Ao funcionário cujas férias foram atingidas pela prescrição contida no § 3.º, do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16.11.70, fica assegurado o direito de contá-las em dobro, para todos os efeitos legais.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

O limite do período para que o funcionário goze suas férias transferidas vem de encontro aos interesses da administração, até por uma questão de racionalização da distribuição dos serviços dentro das diversas repartições.

Assim não é justo que o funcionário que teve suas férias adiadas, muitas vezes por estrita necessidade de seus serviços, venha a ser castigado com a prescrição deste direito por não o haver exercido em tempo hábil.

Este é o espírito do presente plano de lei que temos a certeza merecerá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está finda a leitura

do expediente.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário, do Sr. Ivon Grutshi, Presidente do PMDB do Município de Ivaí.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal “O ESTADO DO PARANÁ”, de hoje, traz, como manchete, um desafio do Sr. Paulo Pimentel e do ex-Governador Ney Braga. “Mostra a mentira”. É o título da primeira página.

Coincidência! Tínhamos preparado, para o nosso pronunciamento de hoje no Pequeno Expediente, o seguinte texto que, todos os Senhores Deputados poderão verificar, a afirmativa que fazemos, de que é fácil mostrar a mentira do Sr. Paulo Pimentel!

(Lê): “Páginas negras da história brasileira vivemos todos nós nestes anos de ditadura e entreguismo. As forças reacionárias e conservadoras da sociedade conseguiram sufocar durante anos os clamores por justiça e liberdade. A imprensa e os jornalistas sempre fizeram parte das forças que têm lutado pela democracia e que resistiu às hordas do obscurantismo encasteladas no Governo anti-nacional e anti-democrático que ainda hoje infelicitam a Nação.

Hoje, num Paraná, que foi varrido pelo vendaval das eleições de 82, ao participarmos da implantação de um governo democrático do PMDB, observamos aos poucos a virada das páginas negras que os adeptos, do sempre execrado, Sr. Ney Braga nos legaram. Mas, contraditoriamente, determinado setor da imprensa, representado pela rede de comunicação do Sr. Paulo Pimentel — exemplo de “honestidade”, “integridade” e “coerência” — volta-se contra o Governo livremente eleito pelo povo e procura desestabilizá-lo. Utiliza para conseguir seu objetivo, financiado sabe lá Deus por quem, de todas as armas disponíveis. Até mesmo da mentira e da falsidade.

E vemos as páginas negras da história serem substituídas pelas páginas negras do “O Estado do Paraná”. Isto vem se repetindo há meses. E a comprovação maior desta nossa afirmativa são as edições dos dias 28 e 29 de abril de 1983, que fazem acusações mentirosas em torno da honesta, íntegra e coerente jornalista Regina Menezes.

O pronto repúdio de cidadãos e organismos democráticos da sociedade paranaense, que acorreram em solidariedade a jornalista, reconhecida em todo o Estado pelo seu brilhante trabalho desenvolvido no jornal “Folha de Londrina” e na Rádio FM Folha, ambos de Londrina, é prova irrefutável da tendenciosidade que hoje impera na linha editorial do jornal “O Estado do Paraná”.

Preocupado em atingir o Secretário da Saúde Luiz Cordoni Júnior e não tendo como fazê-lo, por se tratar de um sanitista íntegro e competente, procurou atingi-lo na maneira mais covarde que possa existir, através de sua esposa.

A profissional competente — e chamo a atenção, Senhores, para o fato de que o próprio jornal do Sr. Paulo Pimentel reconheceu, em sua edição de domingo, os méritos profissionais de Regina Menezes Cordoni — a competente profissional, como dizia, foi reduzida, no noticiário do Sr. Paulo Pimentel, à condição de esposa privilegiada com um emprego “arrumado” pelo marido.

Pior que isso, inventou-se para ela, sem qualquer escrúpulo ou com base em “suposições”, como o próprio jornal admite, outros empregos inexistentes, que igualmente teriam sido “arranjados” pelo marido.

Para o Sr. Paulo Pimentel, como ele deixou claro nos últimos dias, uma profissional competente, ao se casar com alguém que é convidado a ocupar um cargo público, perde a sua condição de profissional competente. É reduzida à condição de beneficiária de empregos “arranjados” pelo marido. Sem qualquer

fundamento, apenas para atender aos seus designios de tentar atingir um Secretário empenhado em trabalhar seriamente.

Mas não ficou por aí o Sr. Paulo Pimentel em suas diatribes. Ao se ver desmascarado em suas mentiras, ao se ver obrigado a corrigir a injustiça que praticara contra o Secretário e sua digna esposa, tentou ainda se safar alegando que fizera a denúncia com base em "suposições". Por "supor" alguma coisa, foi logo destilando seu veneno, tentando macular a imagem de um Secretário íntegro e de uma profissional competente, uma jornalista de reconhecidos méritos.

Fartamente documentado o desmentido às calúnias assacadas, resta-nos indagar: a que se deve tamanha inabilidade da editoria política do jornal "O Estado do Paraná". Não há outra resposta: é fruto do desespero em ver infrutíferas as tentativas de denegrir o Governo Democrático de José Richa. É fruto da consciência que eles têm de ter caído no vazio a manipulação feita em torno do episódio que envolveu a jornalista Auta Rezende, do mesmo jornal, e o Governador José Richa há tempos atrás, quando ao pedir à jornalista para transmitir uma mensagem ao patrão Paulo Pimentel, tentou-se comprometer a imagem pública e democrática do Governador.

Triste esse fim de um órgão de imprensa. Dirigido por interesses excusos, colocado no descrédito pela falta de crédito e pela falta de compostura. Editado à base de "suposições" e de calúnias. Morrerá a língua pela falta de leitores e pela falta de corrupção governamental que não terá guarida no Governo Democrático de José Richa."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença neste plenário, do Prefeito de Piên, Sr. Orlando Dranka, e do Vereador Altair Cavalero.

Concedo a palavra, ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Márcio Almeida acaba de subir à tribuna, para acusar o Dr. Paulo Pimentel.

Comentávamos há pouco, na Bancada do PDS, que, realmente, um jornal democrático e que diz aquilo que pensa e aquilo que sabe, tem incomodado profundamente o seu Partido, Deputado Márcio Almeida. E Vossa Excelência acabou de comprovar, da tribuna desta Casa, a linha pura, verdadeira, que tem adotado o jornal "O Estado do Paraná", porque, realmente denunciou um fato verdadeiro, real, que era a presença dessa jornalista na Rádio Colégio Estadual do Paraná, que depois, esclarecido que foi, que estava apenas à disposição. Era funcionária do CELEPAR e foi colocada à disposição da Rádio Colégio Estadual do Paraná, o próprio jornal volta a fazer o desmentido.

Deputado Márcio Almeida, isto apenas tem confirmado as notícias veiculadas nas organizações do Sr. Paulo Pimentel. E digo mais, ia dizer outro dia, mas aproveito para dizer hoje. A diferença entre o Governo do PMDB, demagógico, rotulador dos problemas e dos Governos do PDS, é apenas essa. Enquanto daquela tribuna foi denunciada a presença de funcionários em casa de praia de um dos diretores da Fundação Hospitalar Caetano Munhoz da Rocha, qual a providência tomada pelo Governador da época, Hosken de Novaes? Demissão do diretor e punição dos funcionários. O seu Governo, Deputado Márcio Almeida, foi denunciado desta tribuna, onde duas Caravans veraneavam nas praias do Paraná. O que é que houve? Qual foi a providência tomada pelo seu Governo? Apenas mentiu. Mentiu o Sr. Secretário da Indústria e Comércio quando em carta ao "O Estado do Paraná", disse que equipes técnicas levavam no dia 21 de abril, feriado nacional, senhoras e crianças para verificarem as obras ou coisa que o valha, das empresas

que estão sediadas em Pontal do Sul. Isto é mentira. Isto é mentira deslavada do Sr. Secretário da Indústria e do Comércio.

O nosso Governo, o PDS, nunca se arvorou dono da verdade e perfeição do mundo. Erros houveram, tanto é que foi denunciado e foram punidos os culpados. Essa é a diferença fundamental entre o Governo do PDS que nunca se julgou incorruptível, nunca se julgou perfeito, e quando denunciado era, como foi pelo Deputado do PMDB, tomou providências, demitiu e puniu os funcionários exemplarmente.

Diferente do Governo atual que, denunciado, escamoteia a verdade, tentando esconder o sol com a peneira. Isto o Paraná está assistindo.. O Dr. Paulo Pimentel tem mantido esta linha e incomodado, e preocupado terrivelmente o Governo do Sr. José Richa. Para o Deputado declarar que ele tenta desestabilizar o Governo com apenas duas emissoras de televisão e dois jornais, realmente "anda mal das pernas", o atual Governo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Maia, terceiro orador inscrito.

O SR. JORGE MAIA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Ocupo hoje esta tribuna para denunciar à opinião pública paranaense, ao povo do nosso Estado, novos desmandos da administração do Governador José Richa e a ampliação do processo de perseguição política posta em prática desde que o PMDB assumiu o Governo do Estado do Paraná.

Não satisfeitos com a vingança que estão praticando contra os servidores celetistas do Estado, que têm sabido reagir às investidas dos patrulheiros político-ideológicos empenhados em submeter os servidores públicos ao seu alinhamento, os representantes do PMDB que passaram a ocupar cargos na administração pública, iniciaram as suas práticas vingativas contra os funcionários estatutários, que têm mais anos de serviço prestado ao Estado.

Assim é, que na Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, o chefe de Gabinete do Secretário — Sr. Romeu João Munaretto —, comunicou à servidora Dilma Aparecida Ludgero da Silva, Assistente Administrativo, com mais de 30 anos de serviço, que, doravante, naquela pasta, só serão utilizados serviços de funcionários jovens. E tratou de remover a dedicada funcionária que tantos e relevantes serviços tem prestado ao Estado em seus 30 anos de trabalho na administração pública.

Não satisfeito com a perseguição empreendida, o Sr. Romeu João Munaretto determinou que a funcionária estatutária entrasse em férias relativas aos períodos de 82/83, transformando o gozo das férias em vontade do chefe e não em oportunidade para o funcionário, como lhe assegura a legislação específica.

O chefe de gabinete do Secretário da Saúde é funcionário da ELETROSUL, colocado à disposição daquela Secretaria, e além de perseguir funcionários, vem se utilizando do cargo que ocupa em benefício pessoal, como ocorreu no dia 22 de abril, quando determinou que o automóvel Opala branco, com o motorista José Domingos, conhecido por "Fininho", transportasse familiares do chefe de gabinete do Secretário da Saúde até Florianópolis, a custa do erário público.

Aliás, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é essa a "austeridade" do Governo José Richa, do Governo do PMDB, que demitiu o famoso cirurgião paranaense Ary de Cristian, da Fundação de Saúde, com o salário de Cr\$ 480.000,00 mensais, para, logo em seguida, nomear um preposto do PMDB com o salário de Cr\$ 580.000,00 mensais.

É essa, também, a "austeridade" que passou a imperar no IPARDES, onde foram demitidos sete técnicos e admitidos seis indicados pelo PMDB, com a aritmética pp-peemedebista lançando os sete no desemprego para aumentar o rendimento dos seis prepostos do Governo José Richa.

E para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vejam como foi desencadeada a perseguição ao funcionalismo paranaense, atingindo até humildes trabalhadores: a PARANATUR acaba de demitir cinco operários, pais de famílias, que trabalhavam no Terminal Turístico de Matinhos, substituindo-os por cinco elementos filiados ao PMDB.

É essa a "austeridade" do Governo José Richa...

Os paranaenses jamais viram uma palavra ser tão deturpada em sua significação quanto essa".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

Ausente, concedo a palavra à Senhora Deputada Amélia Hruschka, declina; consulto o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, ausente; consulto à Deputada Ironði Pugliesi, ausente; consulto o Sr. Deputado Erondy Silvério.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, no Grande Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Em nome de nós todos representantes do povo, que integram este Poder Legislativo, a Comissão Executiva da Casa contratou uma empresa paulista, chamada Hoyler Consultores Associados, sob o pretexto de reforma e modernização da estrutura administrativa desta Assembléia.

Tão logo tive conhecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhei, como era natural, um pedido de informações à Mesa constituído de dois, três ou quatro quesitos, não me lembro bem, para que soubesse, para que eu me inteirasse do conteúdo do processo. Como até a presente data e lá se vão dez dias, não recebi nada da Comissão Executiva, não quero pecar pela ética, mas tenho como um dever de consciência, a obrigação de voltar ao assunto. Dever de consciência de quem já foi Presidente e Primeiro Secretário deste Poder e conhece o funcionamento da Casa tão bem como aqueles que melhor conhecem.

Pois, por um imperativo de consciência, volto a falar desse assunto, desse contrato, contrato no valor de quinze milhões de cruzeiros, sete dos quais, adiantados àquela empresa sem que tivesse prestado qualquer serviço. Começa aí a irregularidade — Poder Público pagando adiantado.

Contratou e já pagou sete milhões, sem ao menos não sei mas, presumo, que os componentes dessa firma nem ao menos conhecessem internamente o Poder Legislativo, já botaram a mão em sete milhões de cruzeiros.

Como membro desta Casa e em nome, quero crer, não estou autorizado pelo nobre Líder da nossa Bancada, mas em nome do nosso partido, queremos registrar, pelo menos nos Anais, perante a opinião pública, que nós consideramos a operação imoral, vergonhosa e possivelmente ilegal. Consideramos, principalmente, ser uma confissão de incompetência do partido majoritário, para exercer a administração pública.

Sr. Presidente, o povo paranaense paga aos Deputados que compõem esta Casa da mesma forma que paga ao funcionalismo, incumbido de sua administração. Então ele tem o direito de esperar, — pelo menos o direito de esperar destes Deputados e destes funcionários a competência e o conhecimento suficientes para que realizem a tarefa, a tarefa para o qual este Poder existe, que é legislar. Este Poder só existe para isto. O povo, o mínimo que espera de nossa parte, e dos funcionários desta Casa, é o cumprimento desta tarefa.

Ora, se estes Deputados e estes funcionários são considerados pela Comissão Executiva da Casa, desqualificados para planejar a administração de sua própria atividade, o povo deve então pagar quantia vultuosa para que técnicos venham de

São Paulo e dizer o quê? O que eles vêm dizer a nós, Deputados e a vocês, funcionários deste Poder? Dizer como devemos trabalhar.

Este Poder e sua estrutura administrativa conta com perto de 350 funcionários estatutários e 160 contratados. Está centralizado numa só sede, constante de dois edifícios interligados.

Ora, se falta competência para organizar esta pequena estrutura, o que seria necessário então para o partido majoritário acionar o Governo do Estado? Até o momento não tivemos ainda satisfação de ver algum planejamento administrativo da ação governamental. Esperamos apenas que não vingue o exemplo do Senhor Primeiro Secretário desta Casa. Que o Governo não contrate consultoria de alguma empresa para organizar o Governo do Paraná. E, se o fizer, — não o condenaria se fosse feito dentro das normas legais, esperamos que o exemplo, — repito, do Senhor Primeiro Secretário desta Casa não vingue, que foi dispensar a figura moral e legal da licitação, ensejando um negócio entre amigos; como se isto fosse possível com o dinheiro do povo.

É difícil não perder de vista a seriedade no comentário ao qual nos propusemos, a este ato inqualificável da Comissão Executiva.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Darei logo em seguida.

... de confessar a sua própria incompetência. A incompetência dos nossos funcionários e, por extensão, a incompetência de nós todos, visto que até foi praticado em nosso nome. Como escândalo, o contrato de consultoria foi denunciado pela imprensa que o qualificou de imoral, ilegal, inconveniente e atentatório ao interesse público.

Em resposta, o que é que nós vimos, lemos a carta do Senhor Primeiro Secretário desta Casa, nobre Deputado Gerônimo Kirinus. E essa carta de pretensão esclarecimento, pareceu-nos mais enxadada do que o contrito silêncio.

O Senhor Primeiro Secretário afirma no item primeiro da carta: — "Que se evidenciou a necessidade de contrato de empresa de consultoria, porque esta Assembléia está precisando se modernizar, visto que está defasada em relação às instituições de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo".

Pergunto, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, o que teria mudado neste País? E neste Estado? O que foi que mudou? As leis orçamentárias? Por acaso a União unificou seus três orçamentos? Por acaso o Governo do Estado mudou a sua política orçamentária? Mudaram as leis fiscais? Mudou a Constituição ou é a mesma? Outorgada pela Junta Revolucionária? Mudou o nosso Regimento Interno? Mudou o Estatuto dos Servidores Públicos? Mudou o processo legislativo? Razão primeira da existência deste Poder? Mudou o processo legislativo? Ou os cérebros se iluminaram a nosso redor, fazendo do Paraná uma ilha de burrice? Para que milagrosas soluções administrativas pra nós seja um segredo? O que foi que mudou? Ou nós ficamos mais burros? Nada mudou; e continuamos nem melhores mas tão pouco piores que os Deputados de São Paulo, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Se há procedimentos administrativos eficientes, nesses três Estados, que ótimo; que bom Vamos copiá-los então. Ou será que até para imitar pura e simplesmente a experiência alheia, nos falta competência? Não. Absolutamente, não.

Engana-se o Senhor Primeiro Secretário da Casa; está aí o Gabinete de Assistência Técnica, que possui em seus quadros, funcionários da mais alta qualificação profissional; e disso sou testemunha, e os Deputados das legislaturas anteriores podem também testemunhar, da eficiência, da competência, do espírito público dos funcionários desta Casa. Não só dos funcionários do GAT, que é realmente o mais bem qualificado da Casa, mas o próprio funcionalismo, tanto o efetivo como o contratado. Duvido que os homens da Hoyler, conheçam melhor o



nosso processo legislativo. E a função desta Casa, repito, é uma só: é legislar.

Nos itens de 2 a 7 de sua carta, o Senhor Primeiro Secretário Gernote Kirinus, mostra que não entende de administração; mas entende muito bem da empresa contratada. Sabe de todos os seus clientes, da qualificação pessoal dos seus diretores; dos cursos que fizeram, das escolas que frequentaram, das conferências que proferiram, até da religião que professam.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência vai interromper o meu raciocínio.

Mas concedo um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Paulo Furiatti — Apenas para lembrar a Vossa Excelência que se o Secretário da Casa não tivesse os conhecimentos fundamentais, acho que a crítica seria válida. Agora, uma crítica em função dele entender e conhecer uma empresa que ele vai contratar, acho que é correto.

É este o aparte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que não acrescenta nada. Piora até a condição do Senhor Primeiro Secretário, até piora. Porque como eu ia dizendo, ele pode não conhecer a administração ou pode conhecer, mas conhece muito bem dessa firma; inclusive da religião que professa, o seu diretor principal, por sinal, quase a mesma do Senhor Gernote Kirinus.

No item 10 de sua carta, o Senhor Primeiro Secretário usou até um título interessante para o parágrafo. "Hoyler", um antigo amigo". Deve ter-se consolidado muito mais ainda tal amizade, após o contrato de 15 milhões de cruzeiros.

Tanta amizade vale até ao Sr. Primeiro Secretário, comentários aí nos corredores da Casa. Todo mundo escuta, diariamente, comentários, de que os laços efetivos talvez tenham se transformado em sigilosos acordos de interesse. Não entendo, absolutamente isso.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado Erondy Silvério, pedi um aparte anteriormente a Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço desculpas a Vossa Excelência, de ter me esquecido, dei o aparte a um outro nobre Deputado, mas darei o aparte a Vossa Excelência. Apenas quero dizer que não endosso os comentários que se escutam nos corredores, porque, para mim, a honra de um homem está acima de qualquer comentário, até que se prove o contrário. Então, não vou endossar o que se escuta por aí.

Concedo aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado, são dois pontos, apenas, que quero talvez acrescentar, e, um deles, curiosidade pessoal, se Vossa Excelência tem conhecimento: essa Hoyler, seria multinacional?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pelo nome deve ser. Todo nome atravessado neste País é multinacional.

O Sr. Gabriel Sampaio — Em segundo lugar, segundo consta em um só dia houve o processamento todo para o adiantamento de sete milhões e meio desse tal contrato...

O Sr. Gabriel Sampaio — Para não fazermos uma injustiça com a bancada majoritária, porque dentro da democracia participativa do PMDB, parece que a Casa tem consultado sempre a bancada, em todas as tomadas de posição com relação à Assembleia, e outras coisas mais que até transcendem a competência dos Deputados Estaduais.

Mas, dentro dessas consultas, acho que não houve tempo para consultar toda a Bancada do PMDB com relação a esse contrato, feito da forma como foi feito.

Por isso é que acho que não podemos envolver toda a Bancada Pemedebista, porque não houve, creio, por um só dia, segundo consta, ter sido feito esse adiantamento de 7 milhões e meio, porque todos seriam consultados. Não haveria espaço físico suficiente para essa consulta. Devemos fazer justiça, não envolvendo todos os participantes, da douda bancada majoritária.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e jamais concordaria em transferir responsabilidades aos Srs. integrantes da Bancada do PMDB que têm o mesmo espírito público que todos nós, têm as mesmas responsabilidades perante à opinião pública que todos nós. Então, acho que, evidentemente, poderia ter havido uma consulta, da conveniência ou não. Alguns dos Srs. Deputados do PMDB devem até ter concordado, principalmente os novos, que não conhecem o funcionamento deste Poder. Não sabem que isto é uma coisa uniforme, que ninguém vai ensinar nada a ninguém aqui dentro. Porque legislar brota da competência e do espírito imaginativo de cada Deputado. Então, admito até que alguns Srs. Deputados tivessem concordado, mas não quanto à forma como foi realizado esse contrato.

Mas, vou continuar com a carta.

Nos itens 8 e 8 da carta do Sr. 1.º Secretário - houve uma repetição de numeração, por isso, estou dizendo 8 e 8 - o Deputado Gernote Kirinus fala da fonte das informações à imprensa, sobre quem seriam os denunciante.

Diz, então, que houve violação da sua correspondência com alguém pilhando a fatura do contrato, e que os responsáveis são funcionários que perderam privilégios.

Uma pergunta que eu faço, inclusive à Bancada do PMDB: não fora essa alegada violação de correspondência, jamais esta Casa tomaria conhecimento da transação? É esta, a pergunta que faço. Quer dizer, pega-se 15 milhões de cruzeiros, de dinheiro do povo, entrega-se a uma firma de consultoria, sem dar satisfações a quem de direito, e, nós só descobrimos, porque houve uma alegada violação de correspondência do Sr. 1.º Secretário? Se não, ninguém saberia, nem a imprensa, nem nós todos Deputados, porque a Comissão Executiva da Casa, eleita com delegação de poderes para administrar o Legislativo, não levou o assunto, ao conhecimento deste Plenário - o que não era obrigatório mas, seria conveniente, através de um projeto de resolução, quando então estaria a salvo de qualquer crítica. Custava elaborar um projeto de resolução e submeter ao Plenário? Não é este o procedimento normal? Mas, não. E, não quisesse ainda, a Comissão Executiva usar a via do projeto de resolução que seria o certo, ou recomendável, mas, esqueceu a Comissão Executiva e eu me louvo na palavra do Sr. 2.º Secretário Deputado Francisco Escorsin, mas esqueceu a Comissão Executiva de uma providência indispensável - indispensável e imperdoável, esse esquecimento, que é, o ato da Comissão Executiva, autorizando a assinatura do referido contrato, ato este que deveria ser assinado pelos três membros da Comissão Executiva. Está aqui o Sr. 2.º Secretário, que me disse, há pouco, que não assinou esse ato e que nem tinha conhecimento - que nem tinha conhecimento, do contrato.

Bom. Violou-se um segredo. Um segredo de 15 milhões de cruzeiros. Culpa de funcionários. Só. Funcionários que perderam privilégios e viraram espíões. Mas aqui cabe um parêntese -

ninguém é mais ofendido que o funcionalismo desta Casa, nesta incipiente e malfadada Administração Gernote Kirinus, ninguém é mais vilipendiado do que o funcionário desta Casa, ele afirma, ele próprio afirma na sua carta, que o tal pequeno grupo de servidores privilegiados está identificado. Então, por que não proceder diretamente contra ele? Por quê? Ao invés de implantar todo este aparato policialesco hoje massacrando os funcionários desta Casa e os apresentando perante a opinião pública, como uma corja de aproveitadores? Esquece o Sr. 1.º Secretário de serviços prestados, por decênios, ao povo do Paraná, ao Poder Legislativo, ao Poder democrata que emana do povo, o único que emana do povo, por esses funcionários. Hoje, estão aí, apresentados à opinião pública, como uma corja de aproveitadores, fantasmas, e etc. e etc. !

Se não há fantasmas, mas, pessoas identificadas, então eu pergunto: qual é a razão desse terror administrativo?

Não compreende também o Deputado Gernote Kirinus, que passou um diploma de suspeição a todos os servidores do Legislativo do Paraná quando afirma, na sua carta, que deveria ser contratada uma empresa de fora, vejam bem e vejam se é possível uma coisa dessa - manda uma carta para a imprensa e diz: "olha, tivemos que contratar uma empresa de fora, vejam bem, para que não haja perigo de envolvimento com os interesses que estão em jogo aqui no Poder Legislativo". Isso o Primeiro Secretário disse numa carta mandada à Imprensa. Quer dizer, os funcionários além de incapazes para planejar a auto gestão administrativa, são suspeitos, espiões, suspeitos, fantasmas, aproveitadores etc., etc.

No item 13 da carta - o Deputado Primeiro Secretário justifica e aí vou responder o aparte do Deputado Luiz Gabriel Sampaio - porque recebeu a fatura do contrato e mandou pagar no mesmo dia. É que a fatura original foi aquela furtada na violação de correspondência. Houve nova emissão com defasagem de 20 dias, motivando então essa rapidez imensa na liberação dos recursos. Pergunto: pontualidade ou interesse?

O Sr. Mário Pereira — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado Erondy Silvério, acho que está havendo um pouco de confusão em parecer que ao se contratar essa empresa, o Deputado Gernote Kirinus ou a Comissão Executiva, com este ato, ache que os funcionários da Casa não têm competência. Porque uma das coisas que levou a Comissão Executiva e o Deputado Kirinus à contratação de uma empresa especializada para uma reforma administrativa na Casa, é exatamente pela constatação de que a Assembléia Legislativa do Paraná é uma das Assembléias que mais mal paga em todo o Brasil e que falta motivação aos seus funcionários que, competentes, não têm o devido retorno em salário, porque o que ganham não é compatível, inclusive, com a instrução dos funcionários aqui desta Casa.

Esta preocupação foi uma das preocupações maiores ao se contratar essa empresa, para uma reforma administrativa na Casa. Um Quadro de Carreira claro, aqui na Assembléia Legislativa e que possam ser valorizados os seus funcionários, que trabalhem com motivação e bem remunerados, para que possa esta Casa agilizar os seus serviços, atender bem aos Deputados e ser colocada a Casa, na altura do Poder Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, mas se foi esse o objetivo, então o Sr. Primeiro Secretário esqueceu de dizer na sua carta em que justificou o contrato. Se foi esse o objetivo, então tudo bem, então é uma reestruturação de carreira funcional, não da estrutura administrativa da Casa e o nobre Deputado vai convir, estamos vivendo sob a égide de uma Constituição boa ou ruim, colcha de retalhos ou não, há 13 anos.

O nosso processo legislativo data da mesma idade. Não mudou nada neste País, e a função desta Casa é só legislar. Nem

a Hoyler, nem qualquer uma outra firma do mundo vai ensinar Vossa Excelência a legislar em favor do seu povo. Ninguém. Então o negócio está mal posto. Tem que começar tudo outra vez. Então ele procurou reestruturar a carreira do funcionalismo da Casa. Para isso não precisa contratar empresa de fora. Para isso não precisa.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei os apartes. Apenas quero terminar o meu comentário da carta enviada pelo 1.º Secretário à Imprensa.

Parei quando eu disse que a rapidez na liberação dos recursos tinha sido motivada pela violação da correspondência do Sr. 1.º Secretário. Então, perguntei: se era pontualidade ou interesse? Porque não é praxe desta Casa e de nenhum órgão público pagar contas nem em 15 dias de prazo, quanto mais em 24 horas. O Estado não compra a vista, não paga a vista, há todo um processo mecânico, no processamento das contas para atender aos requisitos da lei.

Agora, esta foi paga em 24 horas, afinal, com o "open" pagando aí vinte por cento, deve haver mesmo interesse na velocidade com que o dinheiro sai ou gira. Ou gira. E depois de tudo isso, o nobre Deputado Gernote Kirinus não explicou a essência das denúncias. Não disse porque não houve licitação pública, não justificou a ausência de um projeto de resolução que tivesse trazido o assunto ao conhecimento de todos os Srs. Deputados. Não respondeu à pergunta mais evidente - Se há necessidade de um trabalho, se há necessidade desse trabalho como afirmou o nobre Deputado, então por que não se dar a oportunidade a empresas paranaenses para que pudessem se habilitar? Por que não se fez uma licitação pública? Seria a coisa mais patriótica feita por esta Casa. Afinal, as empresas paranaenses não morejam aqui? Não contribuem para o desenvolvimento, para a grandeza deste Estado? Não pagam seus impostos aqui? De cujos impostos nós vivemos? Somos pagos, os funcionários são pagos. Mas foi buscar o Sr. Hoyler, um antigo amigo. Isso não tem justificativa, não tem.

O Sr. Fiori Luiz — Concede-me um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Erondy Silvério, primeiramente o Sr. diz que todo nome atravessado é multinacional - Hoyler, Ludwig, Geisel, Stáble etc. Concordo, concordo. Agora, o que é pior, Deputado: esse contrato por uma reestruturação administrativa que corresponde a 0,4 por cento da despesa mensal desta Casa, ou o contrato feito pelo ex-Presidente desta Casa Fabiano Braga Côrtes, do PDS, cuja maioria nesta Casa era do PDS, com a Emopar, para a construção do novo prédio para os gabinetes dos Deputados?

Um contrato obscuro, susceptível de dúvida, de se levantar dúvidas, é um "elefante branco" que está aí, um contrato que não foi muito bem esclarecido, bilhões que foram enterados nesse "elefante branco", qual é o pior dos dois?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nobre Deputado, não estou defendendo nada do que se fez errado no passado, estou criticando o que está se fazendo errado no presente. E Vossa Excelência perdeu a oportunidade, na época, ao invés de bajular o Presidente desta Casa, Vossa Excelência deveria ter feito o que estou fazendo. Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - (Faz soar os tímpanos)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não admito discussão paralela.

Vossa Excelência, covardemente, calou-se para bajular o Presidente da Casa, Vossa Excelência, Sr. Presidente, assegure-me a palavra.

Há uma diferença entre os dois contratos. O contrato para construção desse "elefante branco", que também condeno, porque não há necessidade....



O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência informa que o seu tempo está encerrado.

A liderança lhe concede mais 5 minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Também condeno, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as obras suntuosas, as obras sem objetivo algum prático para o povo. Mas, houve uma diferença entre os dois procedimentos: para construção da obra existiu concorrência pública, a empresa ganhadora foi a que melhor preço ofereceu. Nada foi feito às escondidas. O contrato de Assessoria da Hoyler, não, foi feito às escondidas.

O Segundo Secretário, membro permanente da Comissão Executiva, que está ali sentado, não teve conhecimento do assunto. Esta é a diferença.

A outra diferença é que quando denuncio, cumpro o meu dever. Vossa Excelência calou, na oportunidade devida.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Para encerrar, cumprí o meu dever. Na minha opinião e talvez até no consenso de nossa bancada, não tenho procuração para falar por ela. Urgimos à Comissão Executiva desta Casa, que é detentora de um poder delegado, que não é dona da Casa. No instante que a Comissão Executiva foi escolhida, ela passou a presidir os trabalhos da Casa, tanto a Minoria como a Maioria. Ela não é dona do Poder. É uma delegada do Poder.

Fazemos um apelo à Comissão Executiva, ao Presidente que é um homem digno, que é um homem que tanto admiro, sempre teve atitudes claríssimas nesta Assembléia, uma das melhores cabeças do PMDB, o Deputado Trajano Bastos, que honra este Poder, faço um apelo para a rescisão deste contrato escandaloso. E, na hipótese desta rescisão implicar em ônus financeiro, que seja a conta transferida para o Deputado Gernote Kirinus. Porque qualquer gasto de sua parte ainda é pequena punição para quem exorbitou dos poderes conferidos pelos Srs. Deputados da Comissão Executiva. É este o apelo que quero fazer, porque não precisamos de assessoria, nem da técnica de quem quer que seja, pois temos funcionários competentíssimos, funcionários que conhecem a fundo o funcionamento do Poder Legislativo. Está aí o homem que foi Secretário desta Casa por nove anos, Deputado Anibal Khury, que sabe que estou com a razão. Sabe que ninguém pode ensinar nada a ninguém nesta Casa.

Dos 58 Deputados que estão aqui não há nenhum bobo. O mais trouxinha aqui conserta relógios embaixo de água com luva de boxe. Deputado para chegar nesta Casa é porque tem que ter vivacidade de espírito, liderança junto às suas comunas, junto a parcelas da população. Aqui ninguém vai ensinar nada a estes 58 Deputados. Ninguém. Este foi um contrato de amigos. Foi uma ação entre amigos. Tudo bem. Mas não com o dinheiro do povo. Aí não dá.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Deputado Tadeu Lúcio Machado, que sempre me honrou com aparte, dono de um grande espírito público, que admiro, que é uma das melhores figuras humanas desta Casa. Ia esquecendo de conceder o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Realmente, o assunto é um tanto polêmico. Entretanto, como Vossa Excelência sabe, esta Casa funciona como funcionava aos moldes de 20 anos passados. E se o tipo de legislar neste País não modificou, o tipo administrativo neste País modificou. E Vossa Excelência como empresário sabe que teve que adaptar as suas empresas aos moldes atuais.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Desculpe interromper, busco a experiência dos funcionários mais antigos. Sou eu que pago, não é o povo.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Para concluir, o nobre Deputado Gernote Kirinus não podia pagar do bolso, porque afinal de contas a Assembléia não pertence a ele. Mas pertence ao povo do Paraná. E ele preocupado em dar uma nova imagem ao Legislativo do Paraná, em valorizar este Poder, é que ele sentiu a necessidade de uma reforma administrativa efetiva, de fato.

Por isto quero aqui homenagear a atitude corajosa do nobre Deputado Gernote Kirinus que sabia, de antemão, tudo o que ia acontecer, quando ele contratou o serviço desta empresa altamente qualificada. E Vossa Excelência, se for analisar o currículo desta empresa, vai ver a sua capacidade.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Se fosse submetido ao Plenário.

Agradeço ao aparte do nobre Deputado. E agradeço também ao seu Líder, pelos 5 minutos. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença do Prefeito de Ivaiporã, Sr. Flávio Teixeira, do Vereador de Ivaiporã, Sérgio Chaves; e também de Francisco Abreu e Roberto Gallo, do Diretório do PMDB de Ivaiporã.

Consulto à Liderança do PDS se vai fazer uso dos minutos restantes.

Concedo a palavra ao Líder do PMDB.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Generaliza-se hoje no Paraná a opinião de que estamos vivendo em nosso Estado o início de uma época crítica, em que os esforços dos paranaenses para buscar o desenvolvimento com a ajuda de administrações honestas, capazes, eficientes e dinâmicas, já não encontram apoio nos governantes estaduais, que muito menos preocupados com o trabalho administrativo a que deveriam dedicar-se, voltam-se para o uso desesperado das posições que ocupam, não para atender aos grandes objetivos da sociedade paranaense, mas para satisfação de ambições que se escondem nos porões onde habitam a opressão, a arrogância e a vaidade.

É por isso que também se generaliza a opinião de que o povo paranaense foi uma das grandes vítimas de um embuste eleitoral nas urnas de novembro do ano passado.

O que ontem constituía promessa solene nos palanques eleitorais, hoje é um sonho, cada vez mais difícil de tornar-se realidade por ação dos atuais governantes paranaenses. O Governador José Richa e o seu partido, o PMDB foram pródigos nas promessas solenes e têm sido também pródigos em não cumpri-las.

O Sr. José Richa era enfático em proclamar que acabaria com o que chamava de mordomias dos governantes. O que fez ao assumir o Palácio Iguazu?

Foi residir na Granja do Canguiri, com casa paga pelo Estado, luz, gás, telefone e outras mordomias que estão sendo pagas ao governador e sua digníssima família pelos contribuintes do Tesouro Público. Toda vez que pode, o Governador José Richa demonstra o seu gosto e prazer pelas mordomias, como aconteceu com a sua recente viagem a Brasília para uma audiência com o Presidente João Figueiredo, quando, em companhia do chefe da Casa Civil, Sr. Otto Bracarense Costa, e do Subchefe de Comunicação Social, Ênio Malheiros, hospedaram-se num hotel cinco estrelas, enquanto diziam que estavam mendigando auxílio federal, segundo denúncia do jornal do Brasil.

O uso de carros oficiais, inclusive com chapas frias, foi constatado no episódio que envolveu a Secretaria da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures. Outro episódio mais grave, foi registrado no dia 21 de abril no litoral paranaense, quando dois veículos da Secretaria da Indústria e do Comércio, transportavam familiares de assessores do Secretário Francisco Simão, em passeio pelo litoral do Estado. Nesse episódio, o Se-

cretário da Indústria e do Comércio, ao invés de mandar apurar os fatos, procurou escondê-los, dando cobertura a uma irregularidade, denunciada e comprovada pelo jornal "O Estado do Paraná".

O Sr. José Richa e os seus correligionários, prometiam ampliar o relacionamento com a imprensa, rádio e televisão, valorizando o trabalho dos jornalistas.

O que vemos hoje, por parte do governador, é a ampliação da sua irritabilidade com os jornalistas que desejam saber dos seus propósitos e das suas atividades. Como se não bastasse a ação do próprio Governador contra a imprensa, permitiu o patrulhamento político-ideológico nas assessorias de imprensa da administração pública, com a punição de jornalistas, que têm sido demitidos de suas funções no Estado. A atividade dos homens de jornal, rádio e televisão, tem sido enormemente dificultada em todas as repartições públicas, pelas determinações da Subchefia de Comunicação Social do Palácio Iguaçu que, inicialmente, procuravam cercear as atividades dos profissionais das empresas do ex-Deputado Paulo Pimentel, e acabaram sendo estendidas aos demais órgãos de comunicação que atuam no Estado. Os repórteres passaram a ser patrulhados em seu trabalho. Autoritarismo era um jargão largamente difundido pelo Sr. José Richa e seus partidários. Tudo que ocorria no Estado e no País, era atribuído ao autoritarismo.

Pois bem. Assumindo o poder, o Sr. José Richa e seus correligionários têm se demonstrado partidários do autoritarismo. O governador, que prometera não governar por decreto, fez exatamente isso para atender e acomodar o representante do peemedebismo que está transformando a administração dos portos de Paranaguá e Antonina, num órgão de atendimento ao compadrio da aliança peemedebista no Litoral do Estado.

O governador e o seu partido prometeram eleição direta para escolha dos diretores de escolas. O que estão fazendo?

A mais indireta das escolhas e em lista tríplice, provocando os protestos dos professores, que hoje se mostram decepcionados.

É bom recordar nesta oportunidade que a Associação dos Professores do Paraná, em sua página semanal publicada em "O Estado do Paraná", na edição do dia 19 de abril passado, depois de evidenciar a decepção dos professores com a nova diretriz do Governo, declara que "as propostas de Lista Tríplice, que ora o Governo está determinando à Classe, são contraditórias e ferem o seu próprio Programa".

A chamada "Lei dos 15 anos" foi um dos alvos preferidos pelo candidato José Richa e por seus partidários nas suas investidas contra os governantes que tomaram decisões sobre a nomeação de membros para o Tribunal de Contas do Estado.

Assumindo o governo, em pouco mais de um mês, o governador se utiliza dessa lei para beneficiar com nomeação para o Tribunal de Contas do Estado um partidário seu e correligionário.

Não fazemos restrições à pessoa do nomeado, a quem se reconhece méritos pessoais. O que todos estão a condenar é a decisão do governador, em total contradição com o que dizia ontem e com os pronunciamentos dos membros do PMDB nesta Casa, que são contraditórios, também, por se omitirem ante a resolução governamental. Inclusive o Procurador Geral do Estado, Sr. Mauro Albuquerque Maranhão, que redigiu o pedido formulado pelo Conselheiro Rafael Iatauro ao Procurador Geral da República, arguindo a inconstitucionalidade dessa lei.

Das palavras às ações, os nossos governantes estaduais estão a flutuar num mar, cujo barco do timoneiro não ve outro interesse além daquele que move os seus partidários.

As verdades de ontem, se é que eram verdades, estão transformadas nas mentiras de hoje.

É longa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a lista dos fatos que estão a desmentir a pregação eleitoral do Governador José

Richa e dos membros do PMDB.

Prometiam que jamais aumentariam o endividamento externo do Estado, que começou a se acentuar por iniciativa do hoje Secretário do Planejamento, Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, quando ocupou o mesmo cargo na administração do governador Jayme Canet Júnior, contratando empréstimos com organismos internacionais. Agora, o Governador José Richa e o seu secretário do Planejamento, diligenciam para aumentar a dívida do Estado em 150 milhões de dólares.

O atual Governo Paranaense e seus representantes nesta Casa têm medo da verdade. Aliás, é difícil encontrar a verdade em suas ações.

O líder do Governo nesta Assembléia, Deputado Nilso Sguarezzi, afirmou que as demissões resultantes do patrulhamento político-ideológico não atingiram a cem. O Governador José Richa foi a Maringá onde afirmou à Imprensa, ao rádio e à televisão, que seriam pouco mais de trezentas, o que reafirmou para um grupo de jovens durante reunião nesta Casa. Mais tarde, disse ao Presidente da República que, até então, já haviam sido feitas 647 demissões, inclusive de humildes servidores como serventes e motoristas, demitidos pela administração da Emopar.

Para perseguir, punir funcionários e servidores públicos num dos mais condenáveis procedimentos de vingança política, que está recebendo todos os dias a reprovação da opinião pública paranaense, o governo do Sr. José Richa, o governo do PMDB, também esconde a verdade. Ontem, os representantes do PMDB prometiam que jamais praticariam vingança na administração e até aumentariam as oportunidades de emprego.

Os fatos estão aí, provando a mentira do que disseram. As páginas do Diário Oficial estão recheadas de demissões, que encerram toda a dimensão do ódio e da vingança política e da perseguição contra aqueles que não querem se alinhar na pregação dos patrulheiros.

O candidato a governador e os candidatos do PMDB prometiam a valorização dos recursos humanos no serviço público. O que estamos presenciando e está no Diário Oficial do Estado, é a transformação de um grande número de cargos em um número menor, exatamente para beneficiar, com maior salário, os apaniguados do PMDB que estão sendo nomeados para o serviço público. Na verdade, ao invés de fomentar empregos, o governo do PMDB está se transformando em agente desempregador. Outro importante item que desejamos enumerar nesta comprovação das mentiras da campanha eleitoral do peemedebismo refere-se ao chamado "comando político". As promessas diziam que não haveria comando político no preenchimento de cargos e funções na área de atuação governamental.

Depois de instalado no Palácio Iguaçu, o que fez o Sr. José Richa, tendo o apoio do PMDB?

Instituiu o "Comando Político Ideológico", pois que, para o preenchimento de funções, estão a exigir que as pessoas tenham ficha partidária, isto é, sejam filiadas ao PMDB.

A propósito das obras públicas, vimos o governador convocar uma reunião do Secretariado, por sinal a primeira do seu mandato, para dizer que não haveria promoção pessoal nas placas indicativas. O que surpreendeu o povo paranaense, que esperava que da primeira reunião do Secretariado saísse uma importante resolução, anunciando o que o governo do PMDB pretende realizar, ou pelo menos, dar a conhecer o plano de governo para o quadriênio. Nada disso ocorreu, o governador recomendou medidas irrelevantes para o bem público dos paranaenses.

E agora vimos que o governo está se servindo das placas de obras públicas para sua promoção, como ocorreu com o Centro Social Rural de Tinbotuva, e o que é pior, reinaugurando obras. Tiraram a placa que citava Hosken de Novaes, para colocar outra com o nome do Governador José Richa.

Negar a realização daquela obra ao governo Hosken de Novaes é impossível, pois a população de Tinbotuva tem memória. Quanto à mudança da placa é uma demonstração da

mesquinhez política de que a administração está imbuída.

Aliás, a propósito de obras públicas, o "release" da Fundepar, dando conta da conclusão de trinta e uma escolas, como realização do governo José Richa, é uma demonstração dos padrões da administração peemedebista. Trabalho, realização de administrações anteriores, que os representantes do PMDB pretendiam negar nesta Assembléia, que está sendo levado aos veículos de comunicação social como obra deste governo. É mais uma inverdade, como a extinção do release nos órgãos públicos, prometida pelos candidatos do PMDB, é outra inverdade que veio a ser confirmada neste episódio relacionado com a administração da Fundepar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É longa a lista dos embusteiros e enorme a relação das falsas promessas que José Richa e seus partidários do PMDB fizeram ao povo paranaense e que agora, depois de instalados no Poder, começam a desmentir e a negar as solenes declarações que formularam em praça pública.

Antes de terminar, desejo enumerar também a promessa de que a Prefeitura de Curitiba só teria seu titular como resultado de eleição direta.

Vã promessa! Está aí o Sr. Maurício Fruet nomeado por decreto, aquilo que os Deputados e candidatos do PMDB chamavam de autoritarismo.

O Sr. José Richa e os candidatos do PMDB prometeram que já no primeiro ano de governo seriam concedidos o reajuste semestral de salários e o 13.<sup>o</sup> salário aos funcionários públicos.

Que o funcionalismo se precavenha, pois as declarações do Governador e dos Secretários de Estado são exatamente no sentido contrário. Como acabamos de constatar, de 12 promessas do Sr. José Richa e do PMDB, nenhuma delas foi cumprida. Exatamente as 12 foram violadas. Em apenas pouco mais de 45 dias, o Sr. José Richa e o Governo do PMDB no Paraná perderam a credibilidade.

Esta é a verdade!

Muito obrigado."

**O Sr. Rubens Bueno** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Com relação a esta lei que acaba de dizer, nobre Deputado, a lei dos 15 anos, ela não foi usada pelo Governador José Richa. Vossa Excelência está usando de uma inverdade para tentar velar à opinião pública, aquilo que não traduz a realidade dos fatos. Veja Vossa Excelência, o seguinte: havia vaga de Auditor, junto ao Tribunal de Contas que, aliás, o Governo de Vossa Excelência, num tradicional cochilo, deixou de indicar, no ano passado. Foi feita a indicação do ex-Ministro Amaury de Oliveira e Silva, um homem em cuja vida pública, sempre teve as suas preocupações voltadas não só para o interesse dos paranaenses, como de todos os brasileiros, e que foi vítima do A15, da violência do regime a que Vossa Excelência dá sustentação. A lei dos 15 anos é para aposentadoria, portanto, não foi usada nenhuma lei para aposentadoria, e sim, para indicação de Auditor, junto ao Tribunal de Contas.

Era isto que eu queria dizer, agradecendo o aparte e a bondade de Vossa Excelência.

**O Sr. Gabriel Sampaio** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Com muito prazer, somente antes, gostaria de responder ao eminente Deputado Rubens Bueno.

Eu não disse, até o ponto que me foi permitido ler as minhas afirmações, de que o Governador José Richa havia usado, para benefício pessoal, a lei dos 15 anos. Aliás, o Governador José Richa só vai usar esta lei, não a lei dos 15 anos, a lei dos 4 anos, quando passar a não ser mais Governador e receber, de acordo com o dispositivo constitucional, uma pensão mensal e vitalícia, para si e para seus familiares. Entretanto, a lei dos 15 anos foi utilizada pelo Governador José Richa, num processo

que está "sub-júdice" e que o Governador José Hosken de Novaes, com a sua formação jurídica...

**O Sr. Rubens Bueno** — Ninguém foi aposentado, Sr. Deputado, foi feito...

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Sr. Presidente, eu solicito a Vossa Excelência que não permita, nesta Casa...

**O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer)** — Esta Presidência assegura a palavra ao orador que se encontra na tribuna e solicita aos nobres Deputados...

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Ora, Sr. Presidente, Ora, Srs. Deputados! A lei dos 15 anos, tão combatida pelos homens do PMDB, motivo dos seus mais inflamantes discursos e de folhetos à toda hora, na campanha eleitoral, foi esta que possibilitou ao Governador José Richa e disto o Governador se utilizou, para nomear o ilustre paranaense Amaury de Oliveira e Silva, porque a lei está com uma declaração de inconstitucionalidade dependendo de julgamento no Supremo Tribunal! E mais uma coisa: quem foi o advogado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a declarar a inconstitucionalidade da Lei?

**O Sr. Rubens Bueno** — Vossa Excelência permite um aparte, só para esclarecer a verdade?

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Foi o Procurador Geral, o "braço direito", em termos jurídicos, do Governador.

**O Sr. Rubens Bueno** — Vossa Excelência permite um aparte? Só para esclarecer a verdade?

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Não estranha a nós do PDS...

**O Sr. Gabriel Sampaio** — Sr. Presidente, pela ordem, Artigo 97. Solicito a Vossa Excelência que, dentro da ética e da educação, Vossa Excelência assegurasse a palavra, ao meu líder. (Tumulto generalizado).

**O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer)** — Esta Presidência...

**O Sr. Gabriel Manoel** — Sr. Presidente, assegure a palavra ao meu líder e mande esse moleque calar a boca!

**O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer)** — Esta Presidência assegura a palavra, ao orador.

**O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO** — Pela ordem.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Eu concederei apartes, na medida em que concluir o meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer)** — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alencar Furtado.

**O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO** — Sr. Presidente, é necessário que se estabeleça de uma vez por todas, o critério da respeitabilidade e da ética, neste plenário. É necessário o que, ao se interromper Pela Ordem, a Sessão Plenária, seja feito, com a citação do Artigo do Regimento Interno deste Poder, porque, a permanecer desta forma não se estabelecerá jamais a ética e o bom comportamento que deve prevalecer entre os parlamentares. Estou somente a solicitar um aparte ao orador que está na tribuna. Ele tem o direito de me conceder ou não, o aparte. Só solicito desta Presidência a moralização do respeito parlamentar. Ao se solicitar pela ordem, cite-se o artigo e o texto do artigo.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Artigo 97. Artigo 97.

**O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer)** — Esta Presidência informa que assegura ao orador que está na tribuna a palavra, e de acordo com o Regimento Interno ele pode conceder ou não o aparte e vai adotar o seguinte procedimento: todo Deputado que solicitar um aparte, pela ordem, esta Presidência vai solicitar o artigo que está desobedecido.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que desconte do orador que se encontra nesta tribuna, o tempo necessário em razão das questões de ordem levantadas no Plenário.

Comunico aos eminentes Deputados, que concederei todos os apartes, após a conclusão do meu pronunciamento e solicito a Vossa Excelência que tome as providências legais e regi-

mentais no sentido de assegurar a palavra a este Deputado. O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência lhe assegura a palavra e solicita aos Deputados que dêem oportunidade ao orador que está na tribuna, de concluir seu pronunciamento.

O Sr. Osvaldo de Alencar Furtado — Sr. Deputado, só para me inscrever como aparteante. Gostaria que Vossa Excelência me inscrevesse para um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Faz soar os tímpanos) — Esta Presidência comunica que o seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto à Liderança do PMDB se usará o horário da Liderança.

Com a palavra o nobre Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Fiori Luiz — Peço um aparte, oportunamente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Inicialmente quero, em nome da Bancada do PMDB, agradecer a definição da função da bancada da minoria nesta sessão plenária, quando percebemos que o PDS se transformou num tribunal de pequenas causas e órgão acessório da Polícia Rodoviária, ao nos ajudar a coibir o mau uso dos automóveis públicos. No entanto, a questão política é mais importante do que isto.

“Hoje, em Curitiba, 600 famílias que não podem pagar aluguel por estarem desempregadas, por não terem salários, medidas que podem ser compatibilizadas para o Governo Federal, estão invadindo um terreno na Rua Isaac Ferreira da Cruz.

Não encontramos nesta ocasião, como não encontramos no Primeiro de Maio, a solidariedade desta bancada perdida com o patrulhamento rodoviário e com o julgamento dos pequenos deslizes de funcionários menores do PMDB do Governo do Estado.

Quanto ao problema da Consultora Hoyler, enquanto o tempo do PDS é gasto integralmente com questúnculas menores, a Consultora Hoyler, coordenada pelo nosso sério e capaz 1.<sup>o</sup> Secretário Gernote Kirinus, está realizando um trabalho de reforma administrativa e de planejamento orçamentário que irá nos beneficiar a todos, do PMDB e do PDS, modernizando esta Assembléia.

Não é por aí que quero gastar o tempo da liderança. Quero abordar o problema do PMDB e do seu programa de Governo. Quero abordar questões mais sérias neste plenário.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Oportunamente. “O programa

do PMDB tem em vista um compromisso democrático e popular, assumido durante a campanha que implica na subordinação dos recursos do Estado ao interesse da maioria, sem quebra do direito de todos os cidadãos. Essencialmente, esta é a definição de democracia participativa, porque traz em seu bojo a idéia de que a soberania popular é o princípio regulador da tese democrática. Portanto, só com base neste princípio o PMDB poderá concretizar, tanto no plano nacional, como estadual e municipal, o seu programa. Só assim poderá transformar em realidade a vontade e os anseios de uma população massacrada, durante quase vinte anos por um governo títere. A vontade de mudar e os anseios de participar estão depositados nas urnas.

Dentro desse quadro, pretendemos abordar a questão das prefeituras alternativas, considerando em primeiro plano a organização popular. Assumimos os governos estadual e municipal e não queremos simplesmente inovar. Queremos, efetivamente uma transformação. Queremos transformar estruturas seculares de dominação interna, que, na verdade, são patrocinadas e gerenciadas pelo próprio Estado. Como bem diz o Senador Fernando Henrique Cardoso, a luta se torna desigual para os partidos políticos, porque o partido político dos monopólios e dos grandes dominantes no País não é o PDS, mas é o Estado. O Estado nacional que controla os meios de comunicação, o Estado que escancara as portas para o capital estrangeiro, o Estado

que está onipresente em todas as dimensões do cotidiano.

Ora, mudar um quadro desse tipo, mudar um quadro de dominação é transformar este País. Temos que entender de uma vez por todas que, para transformar este País, é preciso, em primeiro lugar, mudar os atores que, na direção do Estado, controlam as decisões. 15 de novembro iniciou esse processo.

O que pode fazer um prefeito, conquistando o governo, na situação em que se encontra o País, sabendo dos limites gerais que o constroem, da impertinência do autoritarismo e não abrir mão do controle das decisões.

Parece-nos que uma resposta e um desafio mais sério, estão dados pela nossa capacidade de poder enfrentar politicamente os problemas. Esta é uma situação que não podemos responder apenas com alguma medidas no campo administrativo. Mas sim, com organização, com a participação dos movimentos sociais no próprio Estado. Não se trata, absolutamente, de o PMDB falar em nome dos trabalhadores. Trata-se de criar canais através dos quais os trabalhadores possam se identificar dentro do Estado. O PMDB deve abrir-se para receber em seu interior o que se passa na sociedade. Não apenas procurando os intérpretes desta reivindicações, mas ser o repertório e o instrumento eficaz, através do qual estes movimentos possam fazer as suas reivindicações.

É justamente nas prefeituras que se encontram as possibilidades mais concretas de obter-se este respaldo popular. O partido deve atuar com determinação no município, que é onde se visualiza muito concretamente as consequências do modelo econômico, político, educacional e cultural.

O que se tem observado nos últimos anos, de maneira geral, é que os partidos vêm desenvolvendo suas ações de maneira muito restrita, fechada, visando apenas questões eleitorais, relacionadas apenas com o Executivo ou com a Assembléia Legislativa, como se no município não existissem problemas, e o Estado fosse administrado por patrulhas rodoviárias. Como se no município não estivessem os graves problemas dos trabalhadores desempregados, os trabalhadores com baixos salários, das famílias jogadas nas periferias, da falta de infra-estrutura.

A vida do partido precisa realizar-se no município e, desta forma estamos fazendo esforços para colocar no partido, efetivamente, substância popular. Esta vinculação concreta e objetiva, dos problemas vivenciados em cada município, é que começa a dar possibilidade para que possamos fazer prefeituras alternativas do ponto de vista político, que é o desafio maior. E que fique bem claro: este desafio maior não é fazer uma administração diferente. Esse, com imaginação, até um prefeito da Patrulha Rodoviária poderá conseguir. Não imaginamos que seja difícil para o PDS que comecem a copiar aquilo que os prefeitos do PMDB estão fazendo. O traço diferenciador de nossa atividade é exatamente no plano político. É fazer aquilo que os governos do PDS não podem fazer.

Isso significa, basicamente, fortalecer as atividades dos municípios, dar substância, das condições e efetividade de uma sustentação política de base a um governo municipal. Não podemos perder de vista, entretanto, que o fortalecimento do poder local só vai ser efetivo quando estiver inerentemente ligado com os objetivos maiores, isto é, as transformações a nível nacional. Certamente, se nós ficarmos trabalhando apenas no plano administrativo, nós estaremos fazendo somente a gerência dos problemas criados pelo regime, nada mais do que isto.

A nossa luta, portanto, deve ser pelo fortalecimento de um poder local que se referencie no plano da luta mais geral.

O trabalho de conscientização que se deve fazer no município não é, apenas para respaldar as atividades do prefeito, ou reeleger o seu sucessor. Não. A nossa preocupação é muito mais séria. É fazer com que os cidadãos que vivem nos municípios, entendam que seus problemas cotidianos, de sua rua, decorrem de uma política nacional, que tem claro seus fins.

Ao apontarmos a necessidade de organização popular,

não só vislumbramos na história do Brasil, mas na história de qualquer povo, que esta é ainda a maneira mais efetiva que os povos encontraram para resolver os seus problemas e conquistarem os seus anseios. Se nós temos esse tipo de entendimentos, se nós temos essa convicção e estes princípios estabelecidos, nós temos que fazer o chamamento à participação popular. Nós temos que ser um governo capaz de articular esses diferentes movimentos para que eles também se realizem, naquele movimento geral que já alcançamos em parte: a conquista do Poder.

Este País não tem solução, do ponto de vista dos interesses populares, se estes não estiverem engajados no Poder. Nós seremos uma folha seca de árvore voando, sem força e sem direção, se não tivermos este respaldo. Esta é uma lição que podemos tirar de nossa história e da de qualquer outro país.

Deixo de conceder hoje aparte à Bancada do PDS porque, preocupe-me até agora em relacionar os pequenos delitos levantados por esta ilustre Bancada da Minoria, que serão levados à consideração do Governador do Estado para corrigir os pecadinhos da oposição, enquanto o PDS ignora o desemprego, ignora a desnacionalização e ignora a subordinação do País ao FMI.

A seguir, em nome da Liderança do PMDB, falará o Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No horário da Liderança do PMDB falará o Deputado Rubens Bueno, nos minutos restantes.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu dizia ontem em meu pronunciamento da sessão nesta Casa, que o projeto que dispõe sobre o voto distrital misto, MAJORITÁRIO — serão eleitos os que tiverem mais votos em termos absolutos.

PROPORCIONAL: serão eleitos dentro do partido, os que tiverem melhor resultado percentual, ainda que sejam batidos por candidatos de outros partidos.

Temos aí, Srs. Deputados, uma concessão do governo aos atuais parlamentares, que sabem muito bem onde se concentram os seus eleitores e podem evitar surpresas.

Mas, isso não tranqüiliza os que preferirem o sistema proporcional: cada partido poderá lançar até cinco candidatos, ao contrário do que ocorrerá com o voto distrital, quando os partidos poderão lançar apenas um candidato. E os chamados "raposas", evidentemente, não abrirão espaço para algum novato bom de voto.

Pelo sistema de voto distrital, o candidato A será eleito em um distrito de 400 mil eleitores, com 120 mil ou trinta por cento dos votos; o candidato B, com 130 mil ou vinte e nove por cento dos votos de um distrito de 450 mil eleitores, terá que aguardar o resultado final da apuração e disputar a cadeira com candidatos de outros partidos.

Sr. Presidente, estão brincando com a classe política e desdenhando da opinião do eleitorado, com o único propósito de perpetuar o ciclo de generais no poder. Ou isso, ou a sociedade civil aceita, sem tugar nem mugir, as regras impostas pelo Planalto.

Diante disso, tornam-se irrelevantes as lamúrias do Professor David Fleischer, da Universidade de Brasília, que integrou a comissão constituída pelo Ministério da Justiça, para estudar a regulamentação da emenda 22. Diz ele que o projeto do voto distrital misto foi desvirtuado pelo governo; que a comissão de juristas foi desrespeitada pelo Ministério da Justiça; que o Governo, exorbitando os mandamentos da emenda 22, estabeleceu que mesmo a eleição proporcional será vinculada aos distritos; que o deputado fica com a sua votação obrigatoriamente restrita a um distrito; que os votos que ele receber fora desse distrito valerão para o partido e não para ele mesmo.

Tudo isso e muito mais, o professor David Fleischer declarou no jornal "O Estado de São Paulo" do dia 7 deste mês. E com muita propriedade, o presidente do PMDB do Paraná, Deputado Olivir Gabardo, afirmou recentemente, que o projeto do voto distrital misto visa matar no nascedouro, as lideranças nacionais que as eleições de 1978 e 1982 revelaram, embora elas tenham sido deturpadas.

Se o projeto do voto distrital misto for aprovado, a Câmara Federal e as assembleias estaduais serão transformadas em gigantescas câmaras de vereadores, porque os representantes eleitos serão obrigados a tratar de assuntos municipais, para sensibilizar os eleitores do seu distrito."

Ouço, com muito prazer, o Deputado Augusto Carneiro que nos honrou com sua companhia naquele encontro, em Brasília, realizado nos dias 27 e 28 últimos.

O Sr. Augusto Carneiro — Solicito aparte a Vossa Excelência exatamente pela razão que estivemos presente representando parte da nossa bancada naquele Congresso da União Parlamentar Interestadual, onde foi amplamente debatido o problema da eleição direta, a proposta do Governo à eleição direta, e, também, foi debatida a reforma tributária.

Peço este aparte para dizer que todos da minha bancada que lá estavam, apreciaram, como representantes das Assembleias de todos os Estados deste Brasil, a seriedade e a verdade traduzidas pela palestra do Professor Ary, esboçando e fazendo um estudo perfeito, um estudo de alto valor, concernente ao problema da eleição direta.

Colocado em votação, este tema, naquela reunião, que estava representada por todas as Assembleias do Brasil, foi por quase unanimidade, entre todos os partidos políticos que ali se faziam representar, foi aprovada a "negativa" à eleição direta proposta pelo Governo.

Embora tenhamos consciência, de que não é de competência de votação decisiva na esfera da Assembleia Legislativa, mas o Deputado Estadual é o termômetro político, se assim pudéssemos fazer esta comparação, porque, o Deputado Estadual é o elo de ligação das bases, com a cúpula política, e, por isto é que o Deputado Estadual é que deve ser, como eu acredito que será, o porta-voz do anseio popular, o porta-voz da necessidade de que se mantenha ainda, neste País, a eleição proporcional. Nós temos problemas mais sérios a serem ainda consolidados. No meu entendimento, há necessidade de auto-afirmação dos partidos políticos que aí estão. Nós sabemos que alguns partidos políticos estão em dificuldade, e alguns já têm a sua base devidamente estruturada. Há necessidade quem sabe, de mudança de outros setores de reforma eleitoral. Não vemos, porém, nenhuma conveniência em se estudar, no momento, a aplicação de um voto distrital, por todas as dificuldades que Vossa Excelência já mencionou desta tribuna, por todas as dificuldades que lá foram mencionadas, e além do mais, é pelo perigo de uma corrupção que poderá vir e que nós, principalmente aqui do Paraná, é que tivemos ciência do que foi a eleição em Braganey e Corbélia. Isto serviu de exemplo de que ali, foi uma eleição distrital que se realizou, e nós condenamos em tudo e por tudo, a forma com que se realizou aquela eleição, as dificuldades que aquela eleição trouxe até para o Poder Judiciário, que ficaram registradas. Por isto deve ser rejeitado em tudo e por tudo, o voto distrital, pelo menos por enquanto.

Quero as desculpas de Vossa Excelência por me alongar um pouco, mas eu quero me parabenizar com Vossa Excelência, pelo trabalho que apresentou, de Economia Alternativa, quando se discutia o problema de Reforma Tributária. Vossa Excelência, pelo que eu li, por aquele trabalho teve, uma tarefa demorada, mas, fez com que a Bancada do Paraná estivesse presente lá, e valorizada lá, pelo trabalho que Vossa Excelência apresentou.

Meus parabéns por aquele trabalho, em nome da minha

O SR. RUBENS BUENO — Muito obrigado, Deputado Augusto Carneiro, agradeço as palavras elogiosas de Vossa Excelência, lembrando que a proposta que apresentamos e que foi aprovada naquela ocasião, foi estampada pelo "Jornal de Brasília", no dia 29 de abril, em sua página 1a., dizendo o seguinte: "Deputados repudiam projeto do Governo sobre voto distrital. O repúdio ao voto distrital foi o destaque, ontem, na reunião da União Parlamentar Interestadual, que congregou Deputados de todos os partidos e de todos os estados, e anunciou campanha em todo o País, através das assembleias, para que o projeto seja repellido pelo Congresso Nacional. A maioria dos presentes condenou ainda o modelo econômico do Governo, e pediu a reforma tributária, com urgência."

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Sr. Deputado, embora não seja pertinente a esta matéria, quero me reportar ao pronunciamento do líder do PDS, e também do Deputado Roberto Requião, para que, muitos que aqui estão assistindo esta sessão, não possam levar uma imagem falsa.

O PDS quer cobrar do PMDB, a aplicação do seu programa, em apenas 50 dias de Governo, do dia 15 de março a hoje. A ex-Arena hoje PDS, Sr. Deputado, ridicularizou este Estado nos últimos 20 anos. A oligarquia nésta da qual os Deputados do PDS fazem parte, empobreceu este Estado, suou o Estado do Paraná para a grande ceia dos apaniguados e corruptos acobertados pelo General Ney Braga.

Se o povo errou ao votar no PMDB...

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, o Deputado Fiori Luiz está atacando pessoalmente e inoportunamente os Deputados do PDS, e o ex-Governador Ney Braga, de uma forma que não é regimental e nem de boa educação, Sr. Presidente, por favor, eu peço a Vossa Excelência que coríba tal procedimento em plenário.

O Sr. Fiori Luiz — Concluo então o aparte, Deputado Rubens Bueno. Se o povo errou em votar no PMDB, ele poderá reparar este erro, em 86. Então, vamos esperar 86, eis que ninguém perde, realmente, por esperar. Agora, essa cantoria dos novos oposicionistas (entre aspas), o povo conhece bem, essa maquiagem de oposição do PDS, é no mínimo, grotesca.

O PDS faz oposição a que? A quem? Ele é a sublegenda do Governo, já que o partido oficial é formado por setores das Forças Armadas, a quem os homens do PDS batem continência e curvam a espinha. Oposição a quê e a quem?

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem, Artigo 97 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) (Faz soar os tímpanos) Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados...

(Tumulto no plenário) — (Faz soar os tímpanos)

Esta Presidência solicita que os Srs. Deputados mantenham a serenidade.

O SR. GABRIEL MANOEL — Regimentalmente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência restabeleça a ordem na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) (Faz soar os tímpanos)

O SR. GABRIEL MANOEL — Regimentalmente, pela ordem, Sr. Presidente. Artigo 97. Vossa Excelência mande trazer o Regimento Interno e leia o Artigo 97, que me assegura a pedir a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência vai decidir: Artigo 98: O Presidente poderá recusar a palavra ao deputado quando não houver motivo e esta Presidência já decidiu.

O SR. GABRIEL MANOEL — É uma anomalia. Eu peço a palavra, pela ordem, e peço permissão a Vossa Excelência, para que me assegure a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência já

decidiu. Todas as palavras ofensivas a este Poder, esta Presidência já solicitou que todas as palavras ofensivas sejam expungidas das notas taquigráficas.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência, Sr. Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. RUBENS BUENO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Fiori Luiz — Eu concluo o meu aparte. Aqueles que procuram se travestir de oposição, melhor ficariam em um grande circo e não nesta Assembléia.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria com este pronunciamento sobre o voto distrital, e a proposta do PMDB, que foi aprovada pela União Parlamentar interestadual, prestar contas à minha bancada e a esta Casa.

Requeiro a Vossa Excelência que sejam dados os oito minutos restantes ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria apenas discordar e dizer que Vossa Excelência precisa ler o Regimento Interno, como eu leio, de madrugada. O Artigo 97 assegura ao deputado que peça a palavra, pela ordem. E depois prossiga e no artigo 98 Vossa Excelência tem o direito de cassar. Mas não fazer antecipadamente cassação, para desmoralizar um deputado da sua bancada, Sr. Presidente. O Artigo 97, estou amparado ou vamos virar baderna aqui, Sr. Presidente. Vossa Excelência lê o Artigo 98 e me cassa a palavra, mas espere eu proferir primeiro o meu raciocínio. Vossa Excelência falhou e peça perdão pela falta de capacidade de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência não aceita e diz que está com a palavra o orador que está na tribuna.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, pela ordem. Requeiro que Vossa Excelência desconte esses 4 minutos que foram usados pelo PDS nas suas questões de ordem.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) — Vossa Excelência poderia informar em que horário o eminente Deputado Roberto Requião usou da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência informa que no Horário da Liderança, por 10 minutos. Faltam exatamente 3 minutos para encerrar o espaço.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Com a palavra o nobre Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, quando o Deputado Rubens Bueno encerrou a sua fala aqui desta tribuna, concedeu os 8 minutos restantes a esse orador e seguiram-se diversos apartes e faltam, exatamente, 2 minutos e 17 segundos para encerrar o tempo da liderança.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Essa Presidência lamenta dizer que, não olhou no relógio a hora, foram solicitados 8 minutos. Mas na realidade faltavam 3 minutos para concluir. A Presidência dá mais 2 minutos, são 5 minutos que restam a Vossa Excelência.



O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não costumo usar de violência verbal quando uso da palavra, mas hoje, vou iniciar, com palavras que acho violentas contra esse regime implantado no País:

“Repugna aos sentimentos cívicos do povo brasileiro, toda a qualquer modalidade de poder despótico exercido pelos famigerados ditadores, que se ostentam em predestinados condutores das massas e, cujos governos, sempre culminam em retumbante desastres com irreparáveis lesões ao patrimônio político-cultural de uma Nação”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não são minhas as palavras. Fico satisfeito em poder registrar aqui as palavras proferidas ontem, neste plenário contra esse regime autoritário que ainda impera no País, pelo meu amigo, companheiro da minha cidade, o nobre Deputado Edgard Pimentel, da Bancada do PDS. Conhecendo como conheço o nobre Deputado Edgard Pimentel, não poderia realmente esperar dele outro posicionamento, que não esse, de revolta a esse regime, repudiando estes famigerados ditadores que vêm se perpetuando no Poder e que tentam ainda, através de medidas casuísticas continuar no Poder por mais 8 anos através de uma eleição indireta.

São dois posicionamentos muito sérios tomados por integrantes da Bancada do PDS: Primeiro: mesmo contra a orientação das lideranças maiores do PDS a nível federal, posicionou-se a Bancada do Paraná a favor das eleições diretas. E agora, num contundente e claro desabafo, o Deputado Edgard Pimentel, repugna o que vem ocorrendo no Brasil nesses 20 anos que infelicitam o nosso País.

Tem razão o Deputado Edgard Pimentel. O desemprego, a corrupção, a crise da moralidade, a falência da educação, a dívida externa alarmante, a concentração da renda, o bóia-fria, demonstram perfeitamente, o retumbante desastre desses governos que pretendem se perpetuar no Poder e exemplificam, claramente, as irreparáveis lesões no patrimônio político - cultural e social da Nação brasileira.

Faço ou quero fazer somente dois reparos à fala do Deputado Edgard Pimentel de ontem. Primeiro, se me permite o nobre Deputado, fazer um paralelo desse desastre da situação nacional com um telegrama enviado por um Prefeito da cidade de Cascavel, no mínimo, despropositado. No mínimo. O Sr. Prefeito de Cascavel, através de um telegrama, demonstrou publicamente, que o PMDB é um partido democrata. Porque mesmo tendo acatado a decisão do diretório regional...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRIO PEREIRA — Em seguida concederei um aparte ao Deputado Edgard Pimentel e depois ao nobre líder do PDS.

O Prefeito de Cascavel mesmo tendo acatado, pois assinou as atas sugerindo nome para nomeações de cargos de confiança, participando de um colégio de 61 pessoas, formado pelo Diretório Municipal de Cascavel, pelo Deputado Estadual, pelo Deputado Federal, pelos 13 Vereadores e o Prefeito, mesmo assinando, acatando aquela decisão, tornou pública a sua posição a respeito do processo e da forma como estavam sendo feitas estas nomeações, num direito que tem ele de emitir a sua própria opinião, mesmo respeitando a decisão da maioria.

O segundo reparo, nobre Deputado Edgard Pimentel...

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Esta Presidência comunica que seu tempo encerrou e concede mais um minuto.

O SR. MÁRIO PEREIRA — O segundo reparo é quanto à paralisação da obra da rodoviária de Cascavel, uma obra de quase dez mil metros quadrados. Uma obra gigantesca, que tinha o Prefeito anterior, interesse, de quem sabe concluir antes das eleições.

Pois, saiba o senhor, que talvez já saiba o senhor, mas saibam os Srs. Deputados, Sr. Presidente, que uma obra daquelas, daquele porte e que o mesmo Deputado disse que só no Governo passado, do Governador Ney Braga, foi destinada àquela obra 80 milhões de cruzeiros.

Aquela obra já com laje, concretada, não tem até o presente momento, projeto elétrico e projeto hidráulico, Sr. Deputado. Isso qualquer engenheiro, e o engenheiro Adhail Sprenger Passos, nosso Deputado, o engenheiro Donato Gulin, Deputado desta Casa, podem atestar que é impossível se administrar uma obra sem os projetos específicos, os projetos de engenharia, hidráulico e elétrico.

Sr. Presidente, inscrevo-me para Explicações Pessoais, para terminar. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** -Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, com o apoio de três Srs. Deputados. Necessita de apoio. — **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem)

Gostaria de me inscrever para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está inscrito.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 156/82, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que altera o número de vereadores à Câmara Municipal de Toledo, a vigorar a partir da legislatura a iniciar-se em 1989. Com parecer da C.C.J., pelo arquivamento, por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. —

#### PROJETO DE LEI N.º 156/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Toledo, passa a contar a partir da próxima Legislatura, com 15 (quinze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1982.

(a) EGON PUDELL,

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo o parágrafo único, do art. 28, da Lei Complementar n.º 02, de 18/06/73, (Lei Orgânica dos Municípios), o número de Vereadores, em cada Legislatura, será alterado por Lei Estadual, tendo em vista o total de eleitores inscritos no Município, até 180 (cento e oitenta) dias antes da eleição Municipal, conforme dados estatísticos fornecidos pelo T.R.E. e de acordo com proporção e número estabelecidos através do citado artigo 28.

A certidão fornecida pelo Juízo Eleitoral e que anexamos ao presente, diz da justeza da medida que ora propomos, através do presente plano de lei.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 156/82

#### PARECER

De autoria do ex-Deputado Egon Pudell, o presente projeto de lei tem por finalidade alterar o número de Vereadores da Câmara Municipal de Toledo, conforme especifica.

Acompanha o Projeto Certidão fornecida pelo Juízo da 148.<sup>a</sup> zona eleitoral, atestando a existência em 31/10/82, no Município do Toledo de 16.564 eleitores.

O Art. 28 da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/82 - LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS, estabelece:

"Art. 28 — A Câmara Municipal é constituída de Vereadores, eleitos na forma estabelecida em lei, em número ímpar, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a 9 (nove) nem superior a 21 (vinte e um ).

Parágrafo único — O número de Vereadores, em cada legislatura, será alterado, por lei estadual, de acordo com o disposto neste artigo, tendo em vista o total de eleitores inscritos no Município, até 180 (cento e oitenta) dias antes da eleição municipal, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral".

Do enunciado acima, temos que para a alteração do número de Vereadores da Câmara Municipal de Toledo, conforme o pretendido pelo autor do projeto, ou seja elevar para 15 Vereadores, o Município de Toledo deverá contar até 180 dias antes da eleição municipal com número mínimo de 40.000 (quarenta mil) eleitores, o que não se constata, no momento, pela Certidão anexa ao processo.

Nestas condições, opinamos pelo Arquivamento do Projeto face a falta dos requisitos legais para que o mesmo possa ser apreciado nesta oportunidade por esta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1983.

(aa)

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 156/82, para que o mesmo volte à Comissão de Constituição e Justiça, devendo o mesmo ser reestudado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, acho que para podermos votar a matéria, precisamos saber do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência informa ao nobre Deputado Gabriel Sampaio que a documentação que o nobre Deputado Egon Pudell, ex-Deputado, anexou, não estava de acordo com as normas e o Deputado que entrou com este requerimento está apresentando novos documentos, que preenchem todos os requisitos.

Está em votação o requerimento.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dorvalino Manoel Dolci e de sua esposa Dona Felicita Maria Dolci, ocorrido em Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à comunidade do Município de Imbituva, pelo transcurso do 112.º aniversário do referido Município.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao jornal "Folha de Curitiba", pela publicação gratuita de anúncios visando combater o desemprego.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja incluído na Ordem do Dia de amanhã o Projeto de Resolução n.º 04/83, de autoria do Deputado Antônio Anibelli. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o encaminhamento oficial ao Sr. Secretário de Administração, encarecendo medidas cabíveis no senti-

dode adequar e compatibilizar os salários dos profissionais de Engenharia, contratados pelo órgão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 14/83. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido de que seja dispensada a taxa do pedágio para ciclistas na utilização do ferry-boat, na travessia entre Guaratuba e Caioibá. - **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, de acordo com o artigo 97 do Regimento Interno, queria que Vossa Excelência me concedesse a palavra, e mandasse proceder a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

18 Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 87, 88 e 96/82.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 04/83.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1a. SESSÃO LEGISLATIVA — 10.ª LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO

*Aos vinte dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e três, conforme o disposto no § único do artigo 40, do Regimento Interno, compareceram à Sala de Reuniões das Comissões, os Srs. Deputados indicados por suas lideranças partidárias para comporem como membros efetivos à Comissão de Indústria e Comércio, a fim de procederem a instalação e a eleição do Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão permanente. Iniciados os trabalhos, procedeu-se a eleição e verificada a votação, constatou-se a maioria de votos para os Srs. Deputados Péricles Pacheco da Silva e Eduardo Baggio, eleitos à presidência e vice-presidência respectivamente. Assumindo o cargo para qual fora eleito, usou a palavra o Sr. Deputado Péricles Pacheco da Silva, que em seu nome pessoal e em nome do Sr. Vice-Presidente, agradeceu tão honrosas investidas, dizendo do propósito em dinamizar os trabalhos da Comissão de Indústria e Comércio e de retribuir a altura dos membros da mesma e dos demais Deputados deste Poder Legislativo, nos cargos em que ora foram eleitos. Após o que, estabeleceu-se que as reuniões da Comissão de Indústria e Comércio, ficarão condicionadas à existência de matérias e outras ocorrências afetas à mesma e que quando tal acontecer, realizar-se-á através de reunião convocada pelo Sr. Presidente, conforme determina o Regimento Interno e em hora convenientemente a ser estabelecida, e também ficou o funcionário do Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo Sr. Jayro Camargo, para continuar a exercer as funções de Secretário da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se os trabalhos, dos*

quais, para constar, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e Vice-Presidente, demais membros presentes e por mim Secretário a fim de que produza os efeitos legais.

Deputado PÉRICLES PACHECO DA SILVA

Presidente

Deputado EDUARDO BAGGIO

Vice-Presidente

JAYRO CAMARGO

Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE  
A FALÊNCIA MUNICIPALISTA.

1a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 10a LEGISLATURA  
ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e três, às 9:00, reuniram-se no salão nobre deste Poder Legislativo, a Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a "Falência Municipalista", sob a Presidência do Sr. Deputado Tadeu França e contando com a presença dos Srs. Deputados Roberto Requião, Edmar Luiz Costa, Odeni Mongruel e Ivan Gubert. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por iniciados

os trabalhos dizendo que a presente reunião foi convocada de comum acordo com os demais Membros da Comissão, com a finalidade de ouvir o Sr. Eleutério Dallazem, ex-Diretor Presidente da Famepar, para dissertar sobre sua atuação frente àquela Fundação e situação de possíveis irregularidades de administrações em municípios paranaenses. O Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Eleutério Dallazem, bem como, a presença do Sr. representante do Diretor Presidente da Famepar. Usando da palavra o Sr. Eleutério Dallazem agradeceu o convite que lhe foi formulado e dissertou longamente sobre o assunto acima citado, conforme notas taquigráficas em anexo, que farão parte integrante desta Ata. Sendo o que constava da Ordem do Dia e não havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos, mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente, por mim, Boanerges de Menezes Caldas, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Deputado TADEU FRANÇA

Presidente

BOANERGES DE MENEZES CALDAS

Secretário